

PT promete fim do analfabetismo

ROSELENA NICOLAU

BELO HORIZONTE – A coligação dos partidos de esquerda União do Povo Muda Brasil, liderada pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva, pretende erradicar o analfabetismo no país com a ajuda de jovens recém-formados em busca de experiência profissional. A proposta, contida no programa de governo para a educação, é envolver 500 mil pessoas em projetos elaborados por governos estaduais e municipais e entidades não-governamentais, além de iniciativas da sociedade civil.

A idéia é acabar com o analfabetismo, que atinge 20 milhões de pessoas no país, em quatro anos. "Não dá para pensar em competir no mundo globalizado com essa taxa de analfabetismo", afirmou Lula. O petista disse que seu governo tentará ensinar todos a ler e a escrever e não apenas os jovens. "Este governo que está aí acha que ensinar uma pessoa a ler aos 50 anos é jogar dinheiro fora", acusou Lula, referindo-se ao presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). "Queremos garantir que este país saia da situação de penúria que ele vive hoje no sistema educacional", disse.

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Lula resumiu, a uma empolgada platéia de 600 estudantes, o que espera da educação: "Nós queremos, no final do século 20, ter a mesma qualidade de ensino, de universidade, que o senhor Fernando Henrique Cardoso teve há 35 anos."

Verba – Segundo o economista José Graziano da Silva, um dos coordenadores da campanha, a intenção de um possível governo de esquerda é investir R\$ 65,4 bilhões, em quatro anos, na educação. Neste total, estão inseridos parte dos recursos que serão destinados a ciência e tecnologia – a proposta, já apresentada na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, é passar os investimentos dos atuais 1,2% do PIB para 2%.

O múirão para o fim do analfabetismo absorverá do orçamento da União R\$ 5 bilhões até o ano 2002, disse Graziano. O restante será obtido de investimentos de estados, municípios e empresas. Utilizando dados do governo federal, Graziano destacou que cada aluno alfabetizado custa, em média, R\$ 1 mil por ano. "Não temos como fazer outra esti-

mativa, mas achamos que esse valor pode cair, e muito, porque existem problemas de gerenciamento de recursos e os programas de hoje são muito centralizados", afirmou o economista, contando que, em Pernambuco, uma ONG alfabetiza alunos gastando em média R\$ 250 mensais.

Os empresários que se envolvem em projetos de alfabetização, contou Graziano, vão contar com benefícios fiscais. O programa da coligação União do Povo Muda Brasil pretende oferecer a esses empresários oportunidades de dedução no Imposto de Renda, numa espécie de lei de incentivo, como existe na área da cultura. Os mesmos incentivos seriam dados aos empresários que investissem no desenvolvimento de pesquisas de entidades públicas, como a Embrapa. Segundo Graziano, essa é uma forma de estimular o desenvolvimento da pesquisa nacional, além de estimular a criação de empregos nestes setores.

Para envolver 500 mil jovens, universitários ou não, nos projetos de alfabetização, um possível governo de esquerda arcaria com bolsas de R\$ 200 mensais e ofereceria vales para transporte e alimentação aos contratados por um período de seis meses. "Seria um esforço nacional pelo fim do analfabetismo", assinalou Graziano.

Crédito – O programa de governo de Lula prevê facilitar o acesso às universidades, públicas ou privadas, através do crédito educativo. Lula criticou o governo pela redução dos valores destinados a esse programa. Dados da assessoria de Orçamento da Câmara de Deputados demonstram que a queda, em dois anos, foi de 15,8%.

Em 1995, o governo investiu R\$ 174,1 milhões em crédito educativo, contra R\$ 146,5 milhões em 1997. No mesmo período, a publicidade governamental aumentou em 696%, passando de R\$ 16,7 milhões em 1995 para R\$ 133,5 milhões em 1997.

O projeto da coligação União do Povo Muda Brasil é estender o crédito educativo, financiado pelo governo federal, às universidades privadas. A sugestão é que os recursos não sejam mais geridos pelos agentes financeiros, como a Caixa Econômica Federal, mas sim pelas próprias universidades. Com isso, acreditam os coordenadores do programa de governo, a tendência é a inadimplência baixar.



Lula foi a debate na UFMG, onde previu ensino equivalente ao que Fernando Henrique teve há 35 anos

Belo Horizonte – Frederico Haikal/Estado de Minas/AJB

AS PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO

Compromissos básicos

- 1) Universalizar o ensino fundamental público e gratuito e implantar a escola em tempo integral
- 2) Criar o Sistema Nacional de Educação, para induzir políticas e ações entre os governos federal estadual e municipal
- 3) Criar Fóruns para definir diretrizes, reorganizar os conselhos de educação, revisar a Lei de Diretrizes e Bases
- 4) Garantir a Bolsa-Escola (Programa de Renda Mínima) para 4 milhões de famílias
- 5) Revisão das carreiras e política salarial de professores e funcionários
- 6) Expandir em 80% as vagas na rede pública em 4 anos, especialmente no curso noturno; e criar escola rurais
- 7) Ampliar o Programa de Crédito Educativo, mas obrigatoriedade de ressarcimento pelo beneficiário
- 8) Revisão do Provão, com um sistema de avaliação interna e externa à universidade
- 9) Ampliar o Programa Nacional de Capacitação Docente e implementar programa para funcionários
- 10) Aumentar em 100% os recursos para a pós-graduação

Metas e custos

- 1) Educação Infantil (0 a 6 anos) – Na faixa de 0 a 3 anos, ampliar de 350 mil para 1,3 milhão de crianças em creches (gasto de R\$ 1,95 bilhão); na faixa de 4 a 6 anos, elevar de 3,3 milhões de matrículas para 5 milhões (investimento de R\$ 5 bilhões)
- 2) Ensino Básico – Elevar de 30,5 milhões de matriculados para 33,2 milhões, para que nenhuma criança fique fora da escola (investimento de R\$ 33,2 bilhões)
- 3) Alfabetização de Adultos – Aumentar de 1,45 milhão para 5 milhões de alunos nessas classes (gasto de R\$ 5 bilhões)
- 4) Supletivos – Ampliar de 2,21 milhões para 5 milhões de matrículas (investimento de R\$ 5 bilhões)
- 5) Ensino Médio (jovens entre 15 e 17 anos) – Oferecer 9 milhões de vagas para atender demanda crescente (gasto de R\$ 9 bilhões)
- 6) Ensino Técnico de Nível Médio – Aumentar de 130 mil para 300 mil alunos nas escolas técnicas federais (gasto de R\$ 900 milhões); e atender 10 milhões no Ensino Profissionalizante (gasto de R\$ 3,2 bilhões)

- 7) Ensino Superior – Aumentar de 700 mil para 1,26 milhão as vagas em universidades públicas (investimento de R\$ 5,56 bilhões)
- 8) Ensino de Pós-Graduação – Aumentar de 42 mil para 100 mil o número de estudantes matriculados (investimento de R\$ 750 milhões)

Autonomia universitária

- 1) Reconhecimento das universidades públicas como instituições estratégicas para o crescimento econômico e social do país.
- 2) Ampliação da rede pública de ensino superior.
- 3) Garantia dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da autonomia universitária.
- 4) Respeito à escolha da comunidade universitária na nomeação dos reitores e dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Total de investimentos

Elevar de R\$ 31 bilhões os gastos em todos os níveis de governo para R\$ 65,4 bilhões até 2002

REPERCUSSÃO

CARLOS ALBERTO SEPÚLVEDA

Professor aposentado na área de Literatura Brasileira e chefe de gabinete da Biblioteca Nacional

"A minha avaliação sobre o programa de bolsa-escola é muito boa. Para mim, é uma daquelas idéias do Brasil que tem tudo para dar certo. Já a promessa de dar 2% do PIB eu ainda acho pouco. No Japão, eles dão 45% do PIB. Essa questão de modificar o provão é interessante, uma vez que as escolas não estão sendo avaliadas pelas suas condições elementares. Nenhum educador sério concorda com o provão como ele está sendo feito hoje"

FRANCISCO PALHARINI

Professor e doutorando em Educação pela UFF

"Esse valor de R\$ 65 bilhões é elevado. Agora, temos que saber como esses recursos vão ser aplicados. Nós temos educação básica, de segundo grau, técnica e superior. Qual o percentual que ele vai investir em cada uma delas? Essa provável mudança do provão é boa, porque o modelo contribui pouco para garantir a melhoria do ensino. Apesar de não ter elementos para julgar o número de bolsas-escola, é um consenso de que o direito básico à educação é necessário. Acho que quatro milhões são suficientes, mas não sei se é factível"

TANIA FURTADO

Professora da Fundação Getúlio Vargas

"Sempre acho que todo dinheiro aplicado em educação é insuficiente. É um grande saco sem fundo, assim como a área de saúde. Embora eu considere a educação prioritária para um povo. Apesar disso, é sempre louvável quando alguém coloca o tema em pauta. O provão mostrou que não tem estrutura, já que todos se manifestam contra: professores e alunos. Para mim, me parece um pouco vazio dizer que serão dadas essas 4 milhões de bolsas. Temos que ver de onde ele vai tirar recursos para tanto. Efetivamente, um governo no Brasil não tem condições de fazer isso. Mas é um programa interessante, é bom que se diga"